



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

EXPERIÊNCIA E AVALIAÇÃO DO PROJETO PILOTO DE APOIO À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

LARANNA PRESTES CATALÃO¹

ETIENE FABBRIN PIRES DE OLIVEIRA²

CRISTINA DA CUNHA FONSECA³

MARIA DE FATIMA DA CONCEIÇÃO⁴

EDER DA SILVA CERQUEIRA⁵

RESUMO

O Projeto Piloto da UFT, focado no acolhimento e permanência no ensino superior de estudantes indígenas e quilombolas, obteve sucesso nas ações iniciais, como orientação, moradia e alimentação. Para futuras edições, recomenda-se ampliar o acolhimento, melhorar o fluxo de informações e recursos, e aumentar o envolvimento da comunidade acadêmica do Câmpus de Porto Nacional para garantir continuidade e sucesso.

Palavras-chave: Permanência no ensino superior; Povos indígenas; Comunidades quilombolas.

ABSTRACT

The UFT Pilot Project, focused on welcoming and supporting the higher education of indigenous and quilombola students, achieved success in its initial actions, such as orientation, housing, and food. For future editions, it is recommended to expand the welcome program, improve the flow of information and resources, and increase

¹ Universidade Federal do Tocantins

² Universidade Federal do Tocantins

³ Universidade Federal do Tocantins

⁴ Universidade Federal do Tocantins

⁵ Universidade Federal do Tocantins

the involvement of the academic community at the Porto Nacional campus to ensure continuity and success.

Keyword: Retention in higher education; Indigenous peoples; Quilombola communities.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2023, o Câmpus de Porto Nacional, de forma pioneira, idealizou e executou seu Projeto Piloto de Acolhimento e Permanência de Estudantes Indígenas e Quilombolas. A ação teve por objetivo realizar ações de acolhimento, integração, permanência e integralização, a partir de programas instituídos pela UFT, como os elencados nas Resoluções Consuni nº 26/2017 e 48/2021, que visam atender aos estudantes público-alvo do projeto de forma equitativa, além de previstos em diversas dimensões do PDI e do PDC do Câmpus.

As ações foram desenvolvidas pela Direção do Câmpus de Porto Nacional e suas subunidades, como a Coordenação Acadêmica (Cordac), a Divisão de Estágio e Assistência Estudantil (Diest), Setor de Transporte (Setran), PET Indígena e ainda, as Pró-Reitorias de Assistência Estudantil (Proest), Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) e Graduação (Prograd).

Como parceria, o Câmpus de Porto Nacional também contou com o apoio de lideranças indígenas; da Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Porto Nacional; da Fundação Municipal da Juventude de Porto Nacional; e da Coordenação Local da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Tocantínia.

Neste artigo apresentamos um relato de experiência, por meio da análise dos indicadores propostos de algumas das ações, dentre as sete dimensões de sua atuação: acolhimento, moradia, alimentação, transporte, inclusão social, apoio psicossocial e apoio pedagógico.

2. AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFT: BREVES CONSIDERAÇÕES

Em 2022, o Câmpus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) recebeu o total de 14 estudantes quilombolas e 27 estudantes indígenas (Quadro 1). Moradores da Casa do Estudante e usuários do Restaurante Universitário - dois dos principais programas que visam contribuir com a permanência dos estudantes, estes números são motivadores para pensar, neste projeto, o acolhimento e a permanência dos estudantes indígenas e quilombolas, no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

câmpus, e propor ações que atendam às demandas desse público no que tange sua entrada, integração e permanência na universidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT 2021-2025 (PDI UFT 2021-2025), “um documento norteador e integrador das ações de todas as unidades gestoras da universidade, com base nos preceitos da governança, gestão de riscos e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de assegurar o cumprimento da missão institucional”, apresenta 5 desafios nos próximos anos, a saber: Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica; Desafio 2 – Inclusão social; Desafio 3 – Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo; Desafio 4 – Reconhecimento social; e Desafio 5 – Mecanismos de governança pública.

Quadro 1: Alunos ingressantes por cotas indígenas e quilombolas

Ano/ Semestre	Indígenas	Quilombolas	Total
2020/1	5	23	28
2020/2	2	8	10
2021/1	2	11	13
2021/2	-	-	0
2022/1	12	9	21
2022/2	15	6	21
2023/1	12	10	22
2023/2	6	3	9

Fonte: Coordenação Acadêmica/SIE, 2024

Para cada desafio exposto no PDI, propôs-se objetivos estratégicos, bem como seus indicadores. Norteia esse Projeto Piloto o Desafio 2: Inclusão social, mais especificamente em seus objetivos estratégicos: “2.3 Oportunizar o ingresso, a permanência e a conclusão de alunos com vulnerabilidade socioeconômica e de estudantes indígenas e quilombolas” e “2.4 Consolidar políticas de assistência estudantil” (PDI UFT 2021-2025).

Tais objetivos estão contemplados na Política de Assistência Estudantil da UFT, instituída pela Resolução nº 26/2017, que traz como princípios:

- I. assistência estudantil como direito social do estudante e dever do Estado;
- II. igualdade de condições de permanência dos estudantes no exercício das atividades acadêmicas e no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- III. qualidade dos serviços prestados visando contribuir para uma formação que habilite o estudante ao pleno exercício de sua cidadania;
- IV. ampla divulgação das ações, serviços, programas e projetos assistenciais e acadêmicos;
- V. transparência na execução dos recursos, programas, ações, projetos e nos critérios de participação dos estudantes;
- VI. empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade.

As ações afirmativas (AF) se definem como políticas públicas e privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES e SILVA, 2001).

No âmbito da educação, uma das formas de materialização das ações afirmativas é a reserva de vagas/cotas (Lei nº 12.711/2012), que responde à demanda de ingresso de estudantes de escola pública e/ou autodeclarados afrodescendentes (SANTOS; SOUZA; SASAKI, 2013). Além deste regramento nacional, são exemplos de AF na UFT o Programa Política de Cotas que fixa um percentual de 5% das vagas nos cursos de graduação reservando aos indígenas acesso aos cursos de graduação da UFT; a destinação, aos estudantes quilombolas, também o percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos de graduação.

O objetivo é ampliar o acesso de grupos sub-representações no ensino superior em todos os cursos de graduação da UFT, redimensionando teorias e metodologias acadêmicas na produção de conhecimento; promovendo um espaço plural que contemple diferentes trajetórias, além do monitoramento, acompanhamento e avaliação da implementação das ações e contribuindo para o desenvolvimento de programas, projetos e pesquisas desenvolvidos pela comunidade acadêmica, pautados em ações que fortaleçam as AF no âmbito da Instituição.

Os ingressantes pelo sistema de cotas são o principal público da Política de Assistência Estudantil, que deve dialogar diretamente com as ações afirmativas, dado um dos objetivos institucionais que é “promover a inclusão, a permanência e a diplomação dos estudantes, desde o ingresso até a conclusão do curso, na perspectiva da democratização da educação superior”.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7234/2010, tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. De forma articulada ao ensino, pesquisa e extensão, o público-alvo do programa são os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

presencial, a partir de ações nas seguintes áreas: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Com prioridade aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, além de requisitos fixados pelas instituições de educação superior federal, tais ações são realizadas com recursos de dotação própria, apontada conforme necessidade do corpo discente.

Para Finatti (et al. 2007, p.248), “para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência”. Política esta que a UFT estabelece tanto na Resolução Consuni nº 26/2017 e nº 48/2021, com ações nas diversas áreas apontadas pelo PNAES e considerando a realidade socioeconômica dos estudantes.

Os programas de assistência aos estudantes se tornaram mecanismos e instrumentos para democratização do ensino superior possibilitando acesso, permanência e viabilidade para conclusão da formação universitária. Principalmente, porque os índices de desigualdades sociais no Brasil são expressivos e os impactos socioeconômicos influenciam a permanência dos estudantes na Universidade.

A Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica da UFT tem os seguintes objetivos, elencados em seu Art 3º:

- I - viabilizar a permanência dos estudantes até a conclusão do curso, com qualidade, na perspectiva da formação ampliada, da produção do conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, buscando reduzir os índices de retenção e evasão motivados por fatores socioeconômicos;
- II - contribuir para minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas entre os estudantes;
- III - viabilizar, de forma democrática e transparente, o acesso dos estudantes aos programas, serviços e ações assistenciais e acadêmicas;
- IV - promover a inclusão, a permanência e a diplomação dos estudantes, desde o ingresso até a conclusão do curso, na perspectiva da democratização da educação superior.

Por fim, como estratégias de promoção de igualdade e oportunidades, este projeto, centrado no atendimento aos estudantes indígenas e quilombolas, busca dar condições de igualdade no acesso também à política de assistência estudantil da universidade, garantindo permanência e conclusão de curso com sucesso.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tem sido desafio no Câmpus de Porto Nacional o total alcance dos estudantes indígenas e quilombolas quando se trata de acesso à política de assistência estudantil. O primeiro entrave é a chegada destes ao Câmpus: muitos, imbuídos pela motivação dos já estudantes, ingressam nos cursos aqui ofertados com a perspectiva de acesso à Casa do Estudante e RU. No entanto, para acesso pleno a estes programas, é preciso estar inscrito e deferido no Programa de Indicadores Sociais (PISO) da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proest). Para inscrição no programa, os estudantes precisam apresentar documentos pessoais e de renda, dentre outros que permitam estudo socioeconômico do estudante e sua família, que, no entanto, trazem a dificuldade de acesso tanto pela forma como são disponibilizados pelo Estado como pela falta de recursos e conhecimentos tecnológicos, uma vez que todos estão indisponíveis na internet. Porta de entrada à política, o PISO é necessário à instituição, uma vez que permite conhecimento do público estudantil, mas por considerar o grau de dificuldade diferenciado entre os estudantes e, principalmente, entre indígenas e quilombolas, este projeto prevê ações que busquem minimizar tal desafio e garantir o pleno acesso aos direitos estudantis de permanência na UFT.

3. EXPERIÊNCIA E AVALIAÇÃO DO PROJETO PILOTO DE APOIO À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Frente aos desafios delineados em todas as demandas apresentadas pelos estudantes, os maiores desafios foram postos pelos estudantes indígenas. Por isso, a atenção foi garantida muito mais a eles durante o ano de 2023. Assim, apesar do atendimento conferido ao estudante quilombola, a experiência a ser apresentada neste relato, será muito mais direcionada ao estudante indígena.

Na dimensão de acolhimento foi onde tivemos os melhores resultados. Não pelos números em metas estipuladas no projeto, mas pelo contato direto com as comunidades em seus territórios: seja nas visitas às escolas dos povos, para divulgar a universidade e seu vestibular, promovendo o acesso ao ensino superior, como nos locais onde, em seus territórios, oferecemos o apoio na matrícula, uma espécie de secretaria acadêmica itinerante. Saímos do espaço do Câmpus, em Porto Nacional, e fomos à Aldeia Coqueiro, na TI Xerente, para realizar matrícula dos candidatos aprovados no vestibular e fazer seu acolhimento como calouros, apresentando seu novo espaço de desenvolvimento humano e profissional.

Na primeira visita, contou-se com a presença do Reitor e Pró-Reitor de Assistência Estudantil que ouviram dos estudantes, professores e egressos indígenas presentes as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dificuldades e anseios para tornarem-se estudantes da UFT. A principal, inclusive, foi justamente o ato de matrícula: leitura do edital, preparação da documentação em formato digital e o sistema de matrícula todo informatizado tornou-se um entrave, facilitado pela presença da secretaria acadêmica no território.

Mesma dificuldade apresentada para o Piso, na Dimensão do Apoio Psicossocial. Resolvida no mesmo espaço. Após a matrícula, é em seguida realizada a orientação sobre os programas de assistência estudantil da UFT e o Bolsa Permanência MEC. E, de acordo com os indicadores, se, no ano de 2022, do total de 42 estudantes indígenas e quilombolas matriculados, 15, realizaram suas inscrições no Piso e foram deferidos nos 30 dias iniciais dos cursos; o ano de 2023, do total de 30 estudantes indígenas e quilombolas matriculados, 14 realizaram suas inscrições no Piso e foram deferidos nos 30 dias iniciais dos cursos. No semestre 2023/2, todos os calouros foram contemplados com auxílios da UFT, já que não havia recurso suficiente para acesso ao Bolsa Permanência MEC.

Na dimensão de moradia, o Câmpus de Porto Nacional, apesar da Política de Assistência Estudantil exigir o deferimento do Piso como requisito para ingresso na Casa do Estudante, estabeleceu o pertencimento étnico, em seu projeto piloto, como acesso. O estudante pode permanecer em caráter emergencial por 30 dias, para regularizar-se. E assim, promoveu-se a permanência e não se identificou evasão de nenhum dos calouros por falta de moradia. O ano de 2023 encerrou com a ocupação de 66 vagas, do total de 80 disponíveis na moradia. Destes, 48 moradores são indígenas e 5 são quilombolas. Apenas 2 estudantes indígenas em organização de documentação continuam em acolhimento temporário em razão da disponibilidade de vagas na Casa e nenhuma procura pelo público-alvo por meio de editais ou demanda espontânea.

Estes moradores indígenas e quilombolas são membros da Diretoria de Moradores, escolhidos em assembleia por seus pares. A última Diretoria é composta pelos seguintes membros: dos 3 cargos para coordenação geral, 2 são ocupados por estudantes indígenas; das duas vagas para a coordenação de patrimônio, 1 indígena é representante; a secretaria é composta apenas por 2 estudantes indígenas, total de vaga para tal cargo; e a coordenação de limpeza é coordenada por 1 estudante indígena, composta por mais 2 moradores. A Comissão de Apoio Institucional à Casa do Estudante de Porto Nacional tem, para as 3 cadeiras de representação estudantil, a ocupação de estudantes indígenas.

Da mesma forma, com a dimensão da alimentação. Neste quesito, apresentada demanda quanto a alimentação dos estudantes indígenas e quilombolas e suas dificuldades de acesso à



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inscrição no Piso em menos de 30 dias após início do Curso, a Proest inaugurou nova Política, garantindo isenção de cotistas, indígenas e quilombolas no RU da UFT. Impacto importante do Projeto, não apenas no Câmpus, mas em toda a comunidade acadêmica.

Outra dimensão para garantir permanência foi o transporte. Para contribuir com a permanência dos estudantes indígenas e quilombolas no Câmpus, esta ação deu suporte ao transporte mensal destes para retorno à sua origem, como estratégia de adaptação à vivência acadêmica. Um aspecto conhecido do encontro entre os saberes que marcam os povos indígenas e quilombolas e o ambiente acadêmico, onde predomina o paradigma da racionalidade científica é a dissonância e até mesmo o choque entre concepções de mundo. A manutenção do vínculo com a comunidade de origem, portanto, contribui com o processo de mediação entre mundos, evitando o rompimento abrupto com referências fundamentais para a estruturação da vida dos estudantes.

Viagens mensais foram realizadas à Tocantínia, cidade que possui maior número de estudantes moradores da Casa do Estudantes, discentes indígenas do povo Xerente, no trecho Porto Nacional/Tocantínia/Porto Nacional. No semestre 2023/1, foi realizada apenas uma viagem por adaptação do projeto à realidade dos estudantes. No segundo semestre, em todos os meses foram realizadas uma a duas viagens para a cidade de Tocantínia, de onde os estudantes seguiam para suas aldeias de residência.

Além do transporte mensal, também o transporte para familiares participarem da solenidade de formatura. Após a permanência do estudante indígena e quilombola e a conclusão de seu curso, esta ação se propôs a contribuir com a participação dos familiares dos estudantes indígenas e quilombolas no momento mais aguardado: a Colação de Grau.

Esta é uma atividade de grande importância para a instituição, quando todo o recurso investido no estudante tem seu objetivo alcançado. A participação dos familiares indígenas e quilombolas ajuda na divulgação das solenidades de colação de grau que sejam engrandecidas em valores humanísticos, e dessa forma promoverá a divulgação da própria instituição.

No semestre 2023/1, três estudantes indígenas concluíram seus cursos. Destes, 2 colaram grau em Gabinete e 1 participou da Solenidade de colação de grau. Foi viabilizada a participação de sua família, conforme ação, com o trajeto: aldeia de origem/Porto Nacional/Aldeia de origem.

Na Dimensão Inclusão Digital, foram três focos de atenção: aquisição de equipamento, letramento digital e monitoria para acompanhamento do uso de equipamento para realização das atividades acadêmicas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Letramento Digital é ferramenta importante na permanência dos estudantes, dada a necessidade de uso de recursos tecnológicos para cumprir bom desempenho acadêmico, bem como para ter acesso à política de assistência estudantil.

Considerando as atividades de formação para geração de emprego e renda ofertadas pela Fundação Municipal de Juventude, a Diest firmou parceria com esta entidade para oferta de uma turma de informática básica aos estudantes indígenas e quilombolas com o objetivo de capacitar para o uso de recursos tecnológicos, principalmente nos aplicativos mais utilizados para realização de atividades acadêmicas. A Fundação garantiu um instrutor de informática para ministrar o curso de 120h, a ser realizado no semestre 2023/2, que recebeu inscrição de 20 estudantes (13 indígenas e 7 quilombolas), dos quais 4 indígenas apenas eram ingressantes do semestre 2023/2. No entanto, foram realizadas apenas 20 horas do total da carga horária em razão da desistência do instrutor indicado e da não contratação por falta de profissional disponível pela Fundação. A Diest também mobilizou parceria com o Curso de Sistema de Informação do Câmpus de Porto Nacional, do Instituto Federal do Tocantins, mas os horários eram incompatíveis entre instrutores e estudantes.

Entendendo a importância do letramento digital ofertado aos estudantes indígenas e quilombolas, seja em sua capacitação, seja no acesso a equipamentos, destaca-se a igual necessidade de acompanhamento, por seus próprios pares, no entrosamento com os recursos tecnológicos.

Por isso, por meio do Projeto Integrado de Permanência de Estudante Indígena e Quilombola (PIQUI) - Ação de Inclusão Digital, foi realizada oferta de dois monitores, selecionados via seleção pública no Câmpus de Porto Nacional, com o objetivo de aumentar a inclusão digital oferecida e melhorar seu desempenho acadêmico.

Por fim, na dimensão do apoio pedagógico, foram realizadas orientações pedagógicas em duas vertentes: uma, de forma coletiva, por meio de oficinas diversas de orientação pedagógica: a) organização da vida estudantil no nível superior; b) práticas de estudos; c) apresentações orais acadêmicas e a arte da boa comunicação; d) leitura e produção de texto. E a outra, em atendimentos individuais, destinados ao conhecimento da relação pedagógica do estudante com sua aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento da autonomia nesse processo. No entanto, em relação às oficinas e o atendimento individual e/ou em grupo, a participação dos indígenas e quilombolas ingressantes foi ínfima, sem possibilidade de estabelecer quantificação em relação à evasão escolar, à retenção e ao aumento do rendimento acadêmico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de este Projeto Piloto não ter estruturado pesquisa de avaliação com equipe executora ou participantes que pudesse sistematizar feedback sobre cada ação realizada ou não, diversas foram as respostas recebidas durante o ano de 2023 sobre o Projeto Piloto.

Em sua primeira ação, em março de 2023, na realização do acolhimento de estudantes indígenas calouros no Cemix e na divulgação da instituição no Centro, destacam-se os seguintes impactos, registrados em matéria publicada no site da UFT, como o diálogo entre a UFT e o povo indígena: a primeira vez que o reitor visita a escola e uma comunidade indígena, e a primeira vez que a aldeia recebe um reitor de universidade pública em seu território.

Destaca-se o seguinte trecho da notícia:

“Não esperava, né?”, conta, sorrindo, o diretor do Cemix, Armando Sôpre. “Quando a gente viu, ali, o reitor chegando... Eu não imaginava que, um dia, um reitor da UFT viria aqui no Cemix, na aldeia!”, complementa. De fato, a ida ao Cemix da aldeia Xerente de Tocantínia é um marco importante para a UFT: esta é a primeira visita de um reitor da instituição a uma aldeia indígena tocantinense. O objetivo foi conhecer mais de perto a realidade da comunidade indígena para melhor atender as suas demandas em relação ao ingresso de alunos indígenas na UFT. Segundo Bovolato, “a Universidade deseja estar mais próxima dessas comunidades”. Para Sôpre, este primeiro encontro foi bastante positivo. “O Cemix comemora a vinda do reitor e sua equipe da UFT. Isso vai facilitar o intercâmbio, o diálogo entre o Cemix e a UFT, o acesso e permanência de nossos estudantes que estão passando no Vestibular da instituição”, afirma.

A Equipe avalia como uma ação positiva, pela apresentação da instituição na comunidade, desde sua estrutura organizacional até as perspectivas de cada profissão, passando pela importância da conclusão do ensino médio para ingresso na UFT. No diálogo com os presentes, diversas falas trouxeram novas perspectivas a este projeto, como a inclusão de uma nova ação nesta dimensão, que se configura na ida semestral da secretaria acadêmica aos territórios de origem dos estudantes indígenas para efetivação de matrícula.

Deste dia também se destaca o bom resultado da orientação sobre a assistência estudantil na UFT no território de seus estudantes, garantindo melhor amplitude da informação, já que ao comparecer ao atendimento, é acompanhado de um familiar ou amigo.

Ainda quanto ao acolhimento, a Comissão PIDI, composta por docentes, discentes e técnicos-administrativos, têm ampliado diálogo com os estudantes indígenas e a participação

destes como protagonistas nos debates é cada vez mais presente. No entanto, não temos avançado com os estudantes quilombolas, por falta de diálogo com lideranças.

Outro ponto positivo é a estratégia de inclusão dos estudantes indígenas e quilombolas no projeto piloto para alimentação pelos primeiros 30 dias de início de semestre, ampliado para todo o primeiro semestre pela nova política da Proest instituída em 2023. Dessa forma, como o projeto previa recursos para esta ação, e a mesma não foi desenvolvida, utilizamos o recurso para atender estudantes convidados das comunidades indígenas e quilombolas, que estiveram em eventos variados no campus. Esta ação é essencial para o desenvolvimento dos eventos que integram a comunidade acadêmica, e portanto promovem a permanência destes estudantes na universidade. Considera-se essencial incluir tal atividade para a próxima versão do projeto.

Com o desenvolvimento do projeto, portanto, verificamos pontos positivos e desafios, além de ações que precisam ser revistas tanto em metodologia de execução quanto em objetivo, abaixo elencados:

Pontos Positivos: Identidade do Câmpus: o Projeto Piloto foi apresentado em reunião ordinária do Condir em dezembro de 2022; e seus resultados parciais em agosto de 2023. É claro aos seus conselheiros reconhecer a identidade indígena e quilombola do Câmpus e todas as expressões sociais, culturais e pedagógicas dos povos originários frente às demandas correspondidas nas ações; Metas alcançadas: apesar de algumas ações não terem sido executadas, seja por ausência de pessoal suficiente, seja por indisponibilidade orçamentária, em todas as dimensões houveram metas e indicadores alcançados, garantindo bom desempenho acadêmico dos estudantes, redução de evasão e retenção, inclusão nos programas de assistência estudantil, e melhor vivência universitária.

Desafios: Dificuldades de diálogo com as lideranças e demais estudantes quilombolas têm reduzido o acesso destes às ações do Projeto Piloto, tal qual o atendimento aos estudantes indígenas; Dificuldade de acesso à informação primária de ações executadas pelas pró-reitorias Proex e Proest. Diversas foram as solicitações via Whatsapp, e-mail, Ouvidoria e, no entanto, alguns dados deste relatório não foram possíveis ampliar pela ausência destes dados; Melhorar no fluxo de solicitações para garantir controle de recursos e de atividades realizadas. Indica-se a Diest para centralidade das solicitações; Envolvimento do corpo docente e discente junto ao setor de assistência estudantil para ampliar o acompanhamento pedagógico; Lotação da Casa do Estudante no semestre 2024/1 traz alerta para dificuldade de acolhimento para o próximo semestre e garantia de moradia aos futuros estudantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

FINATTI, Bety Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes.; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL** — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 6-7, n. 1-2, p. 246-264, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155>. Acessado em 02 Jun. 2022.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. **Seminário Internacional as minorias e o direito** (2001: Brasília) / Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council. -- Brasília : CJF, 2003. Série Cadernos do CEJ.v.24, p.85-124 Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/11122018_205135.pdf

Programa **Bolsa** **Permanência**
MEC.<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>>Acesso em: 14 de outubro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho Universitário. **Resolução nº 26/2017, de 17 de outubro de 2017**. Dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas: Conselho Universitário, 2017. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/8DI_jx8TSci3sul1ywPvYA . Acesso em: 30 Mai. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Conselho Universitário. **Resolução nº38/2021, de 23 de abril de 2021**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025. Palmas: Conselho Universitário, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1iklp_eqtOvgw. Acesso em: 11 Out. 2022.

Universidade Federal do Tocantins.
<https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/permanencia/auxilio-permanencia-mec>.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional De Assistência Estudantil: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da Educação Superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, dez., 2010.



Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social